



SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MS
VISÃO SINDICAL - UM NOVO TEMPO NO SINDIJUS - GESTÃO
2006/2007

Ata nº. 02 da Reunião do Conselho Geral de Representantes do SINDIJUS - MS, realizada em 21 de abril de 2007, às 8.30 horas, na sede administrativa, sito à Rua 24 de Outubro, 514, Vila Glória, nesta Comarca de Campo Grande - MS. Presente as seguintes comarcas: MARACAJU, BATAYPORÃ, PARANAIBA, TRÊS LAGOAS, RIO BRILHANTE, PORTO MURTINHO, NIOAQUE, ANAURILÂNDIA, CAMPO GRANDE, ELDORADO, BATAGUASSU, JARDIM, CHAPADÃO DO SUL, INOCÊNCIA, NOVA ANDRADINA, BRASILÂNDIA, COXIM, AQUIDAUANA, BELA VISTA, DOURADOS, NAVIRAI, AMAMBAI, RIO NEGRO, IVINHEMA (24 COMARCAS). Aberta a presente reunião, Sali, Presidente da mesa do conselho geral, agradeceu pelas orações que por sua saúde foram feitas e convidou a plenária a rezar o Pai Nosso. Após houve as modificações e inversões de pauta devidamente aprovada pelos presentes. Em seguida, Noestor apresentou o Palestrante Alex, presidente da CUT que falará sobre o assunto - CUT. Fez um breve histórico do sindicalismo no Brasil, definindo o modelo sindical brasileiro: unicidade sindical, financiamento garantido e vinculação ao Ministério do Trabalho. Tal modelo cria "donos de categoria". A nova proposta de Reforma Sindical defende a sindicalização por ramo de atividade e não por setores como hodiernamente, fim do imposto sindical, entre outras propostas democráticas como criação de centrais sindicais e confederações e federações por ramo de atividades e a criação da Organização dos Locais de Trabalho (OLT) que é um espaço d sindicato que oferece condições de melhor atuação sindical. Também se propõe a criação da Taxa Negocial. A Reforma Sindical está recebendo propostas das Centrais Sindicais, que não entram em consenso, o que está causando o atraso na sua finalização, que já se estende por longo tempo. Essa Reforma Sindical como está, é o sonho de todo Patrão. Site: www.cut.org.br. Sali requer que o Sindijus traga representante de outras Centrais, como a CAT, CONLUTE, etc. PAUTA: **Informativo: 1 – Relatório de visita à comarca de Amambai** – Este ponto ficará para a próxima reunião, pois Evanir que faria a exposição está doente e não pode participar. **02 – Relatório de participação como observadores da reunião pró-congresso da Coordenação, realizada no Sind-Justiça/RJ** – Carmem da Diretoria, que esteve na referida reunião fará um relatório da viagem, que foi realizada no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18/03/07. Antes Sali esclareceu à plenária o que é a Coordenação (são sindicatos de 03 Estados), que são dissidentes da FENAJUD. Carmem diz que a reunião foi para o Congresso da Coordenação que será realizado em Junho. Os sindicatos lá presentes foram o Paraná (Montanha e Rose), Minas Gerais (Márcia); Rio Grande do Sul (Magali); Pernambuco (Murilo). Explicou que os presentes nessa reunião são dissidentes de seus

sinclatos. Como observadores estavam os Estados de Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Norte). Carmem diz que tem se que acompanhar todos os movimentos. Carmem diz que observou que há uma certa divisão de entre os próprios Estados-membros. Os membros da oposição classista do Paraná (Montanha e Rose), perderam a eleição em seu Estado. Carmem esteve nessa reunião com a Evanir, esta, ausente neste momento. Carmem diz que temos que observar que a **“participação foi proveitosa, pois a discussão sindical em nível nacional é necessária, haja vista a crise política...”**. Maristela requer à plenária autorização para fazer constar como anexo, o **“RELATÓRIO DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PRÓ-CONGRESSO DA COORDENAÇÃO”**, o que foi aprovado por todos. **03 – Relatório de viagem a Brasília (adicional por tempo de serviço, etc.);** Joel que deveria fazer o relatório de sua viagem não está presente, mas fez por escrito que será lido por Dionísio. Por ser muito extenso o relatório e de interesse de toda a categoria, será anexado por cópia à presente ata. **04- Jornada de Trabalho-** Noestor explica que a princípio não se implantaria as 08 horas, mas pediu-se que estude a possibilidade de que a Justiça Estadual trabalhe como a Justiça Federal que é de 07(sete) horas consecutivas. O problema é que a Constituição Estadual reza que o expediente é de 08 (oito horas). Mas também dizem que o horário das 12.00 às 13.00 horas é horário “morto”, pois alega-se que o funcionário que entra às 7.00 hs e sai às 13.00 hs, fica com a senha as seis horas certas e quem entre às 12.00 só pode por sua senha às 13.00 horas, quando o outro colega vai embora, pois não á computadores individual para cada funcionário. Alberto de Campo Grande faz uma explicação que é a pura realidade: o funcionário do fórum não é um mero digitador, pois os serviços do tramite dos processo, não é totalmente informatizada, pois há muitos serviços que independem da digitação, tais como verificar prazos, formalização de juntada, conferência de documentos. E o funcionário que tem que atender o balcão? É horário morto também? Noestor foi questionado se o Sindijus já está em contato com a OAB. Tem que se lembrar que o fórum fica aberto ao público em geral por 11 (onze) horas seguidas. O CNJ quer padronizar a jornada, mas esta é de competência dos tribunais. O SAJ será usado como cartão de ponto? Encheu-se o judiciário com estagiários, e estes quando saem o serviço pára por falta de servidor. Sali que conversou com o Noestor para que se tire daqui uma ata especifica com todos os pontos a respeito do assunto para ser apresentada ao Tribunal, comprovando que o horário como está é adequado ao funcionamento forense. A delegada de Três Lagoas, diz que deve se colher dados em todas as comarcas, com oficio detalhado contendo a informação de quantos funcionários teme quantos computadores tem à disposição dos servidores. A proposta é que seja feito um Oficio em nome da categoria “repudiando qualquer jornada além das 06 (seis) horas, e pedindo a alteração da Lei neste item para as 06 horas”. Os delegados presentes dizem que a OAB reclama do atendimento, mas isso é culpa do Tribunal de Justiça que, não suprem o quadro de funcionário necessário para o andamento dos processos, pois diminuíram o quadro de escreventes para lotar

operadores, mas até agora não se convocou os mesmos. **5 – Ajustes no PCC e 06 – Pauta de reivindicações entregue ao presidente do TJ/MS** – Noestor diz que o Reinaldo e Zelma começaram a tratar do assunto. O Presidente do TJ_MS disse que mandou parar qualquer estudo sobre a alteração do PCC, pois este mal foi aprovado e já queremos alterá-lo. A preocupação do Noestor é de ter parado também os itens que são reguladores do mesmo. Vai ter um representante do sindicato na comissão para acompanhar os estudos, na pessoa do Dionísio, que já acompanhou o processo do PCC até seu final e tem condições de entender tudo o que for discutido. Noestor leu a pauta de reivindicações que foi protocola no TJ_MS. A pauta de reivindicações também fará anexa desta ata por cópia por ser de interesse de toda a categoria. Noestor acredita que nesta próxima semana, já terá uma resposta de como a esta pauta está sendo analisada pelo Tribunal de Justiça e será repassado para as categorias pertinentes. Maristela ergueu a questão de que os Escrivães Substitutos querem uma reunião em Campo Grande-MS, com todos os Substitutos para resolver a sua questão que é particular do cargo. Noestor diz que por enquanto não é viável. Que espera-se a decisão do Tribunal de Justiça para depois se organizar uma reunião com a referida categoria, quando, uma comissão dos substitutos que será acompanhada por Dionísio, irá ao TJ_MS, e administrativamente tentar resolver o problema com a urgência que o caso requer.

7- Ato político no Dia do Trabalhador (como e onde deve ser realizado?). A Secretaria de Formação e Política Sindical sugere que o Dia do Trabalho seja comemorado em todas as comarcas e envia o projeto elaborado no ano passado como sugestão, para execução em cada comarca conforme a sua realidade. Ainda coloca que a Secretaria de Formação e Política Sindical e a Secretaria de Divulgação e Imprensa, participará no dia do evento em uma determinada região, como por exemplo, Dourados e região. Sugere ainda a confecção de uma faixa alusiva ao dia e enviada para as comarcas e o será na proporção de 50% para as comarcas e para a diretoria executiva. Os projetos supra farão parte desta ata por cópia anexa.

Referendo às venda de 01 terreno em Maracaju-MS, para pagamento da construção da sede daquela comarca. Após as explicações dadas por Vera de Maracaju e Noestor, foi por Unanimidade aprovado pela plenária.

Deliberativos: 01; Diretor de Delegacia Sindical que não é servidor efetivo do TJ/MS – art. 28 inciso VI do Estatuto do Sindijus (deliberação em reunião de diretoria conforme ata nº 02/2007)-

Dionísio explica que o item está prejudicado porque a Evanir que é quem fez a proposta e iria apresentar o problema não está presente, mas Dionísio vai expor seu posicionamento. Dionísio fez a sua explicação e Sali fez a proposta de retirar de pauta o assunto por ser totalmente esdrúxulo, e que será objeto de alteração de Estatuto no que diz respeito ao assunto, o que foi aprovado por unanimidade. O caso dizia respeito ao Alcirio, que há 15 anos ocupa cargo em Comissão e que também é filiado ao sindicato pelo mesmo tempo, e o Estatuto que está em vigor atualmente, **que: Título III, Capítulo I – Art. 54 – As eleições da diretoria**

geral....; no art. 57 que são inelegíveis para o cargo de direção – inciso VII – exerçam cargo de confiança, comissionado, ou atividade política junto aos órgãos da administração pública. **02 – Eleição de um membro do Conselho Fiscal, por motivo de vacância** – apresentaram-se os seguintes candidatos: Ivan de Navirai e Alberto Gomes de Campo Grande, que foi apresentado pela diretoria de Campo Grande. Posto em votação, por 19 a 15 votos foi eleito Alberto de Campo Grande. Ato contínuo, Ivan contesta a votação pois uma vez seu nome foi indicado aqui e não foi aceito. Elza e Sali contesta a fala de Ivan, pois esta situação é diferente, pois o Alberto foi indicação tirada na comarca. Assim, ALBERTO de Campo Grande está eleito para ocupar o cargo de CONSELHEIRO FISCAL da Diretoria Executiva. **03 – Eleição de suplente para a Secretaria de Imprensa e Divulgação** – Por unanimidade, Marlos Alberto de Paula Balçaçar de Coxim foi eleito para o cargo. **04 – Manter, ou não, a filiação à Fenajud** – Sali diz que tem proposta para o assunto seja discutido após a participação das diretoras que participaram da reunião da Coordenação, já que Carmem disse que estão em fase de conhecimento sobre o assunto. Colocado em votação foi aprovado por todos que se adie o assunto. Noestor pela a palavra para elogiar e parabenizar a postura de Sali na condução do assunto, pois é um assunto difícil de se resolver. Pois estamos em momento de formar opinião. Maristela diz que quer pelo menos a Carmem, seja a pessoa indicada a participar da plenária da FENAJUD, por seu a diretora que esteve na reunião da Coordenação e seu uma pessoa equilibrada e centrada nas suas posições, o que foi aprovado pela Plenária. Sali pede que se conste em ata com a autorização do conselho, elogio à Carmem na psta de Formação Política e Sindical, que tem estado atuante, trazendo palestrantes a cada reunião do conselho e participando ativamente de eventos e mobilizações da categoria, o que foi aprovado pela plenária. ; **05 – Apreciação e aprovação das contas referente ao exercício 2006-** Marcos de Coxim pediu vista das contas e das atas do conselho geral Sali fez a leitura e constatou que nenhuma das atas indica aprovação das contas. Foi pedido que seja encaminhado às comarcas cópia da ata do conselho fiscal e dos balancetes mensal e anual quando estirem prontas, para análise da base e posterior apreciação pelo Conselho Geral. **06 – Processo de Ação Cautelar de Produção Antecipada de Prova (senhor Edir Soken) e apreciação e aprovação das contas exercício 2005 (diretoria anterior);** Noestor fez esclarecimentos, Dionísio leu o parecer dos advogados que fará parte constante da ata por cópia. Edir esteve presente e fez uso da palavra, dizendo que já pegaram a direção do sindicato com o repasse em atraso. Que com a mobilização do dia 19/05/05, foi muito dispendiosa em termos financeiros. Que não há falta de documentos, pois, quem quiser pode ver os mesmos neste sindicato, que tudo o que foi preciso para atender ao filiado foi feito. Que justificou todos os pagamentos a que foi questionado. Que o sindicato nunca foi usado para benefício próprio. Edir diz que faz essas considerações em face ao ponto da apreciação e aprovação das contas de 2005. Disse que a diretoria atual

nunca o convocou para prestar qualquer esclarecimento a respeito de suas contas, e que só está aqui hoje, porque viu na Intranet que o assunto seria discutido. Sali diz que o que está sendo questionado não é a forma da contabilidade, e que, sempre que for tratado do assunto, que o Edir seja convidado a estar presente para se defender se for o caso. Noestor diz que, um mês antes de assumir a diretoria, fez um ofício requerendo a formação da diretoria provisória entre as duas diretorias e o referido ofício foi indeferido pelo Edir. A diretoria tomou posse sem ter sido lhes passado nenhum dado de como o sindicato se encontrava, tanto administrativo quanto financeiramente. Noestor diz que antes de se aprovar as contas, que seja analisada pelo conselho. Alziro, único inscrito, concordando em parte, com o parecer do Dr. Jorge, que se contrate uma auditoria para apreciar o caso, que deveria, inclusive ter precedido a ação judicial. Edir diz que o que o Noestor fala é inverdade quanto a convocação extra judicial para prestação de contas, ressaltando que por duas vezes provocou via agendamento telefônico, com a atual diretoria, no sentido de se colocar à disposição para quaisquer esclarecimento. Pedem que se conste em ata a convocação, ou seja, uma por ofício com recibo e indeferido e uma extra-oficial, e nenhuma foi atendida pelo Edir e sua diretoria. Que se fossem pessoas de má-fé, teriam "sumido" com os documentos. Sali diz que com relação à auditoria, não é viável agora pelo valor que se cobra, e como a auditoria teria que ser deferida judicialmente, aguarda-se o andamento dos processos.

08- Pagamento dos Honorários do Dr. Jorge e novo contrato com alteração salarial: Sali diz que estamos a muito tempo, devendo os R\$-50,00 (cinquenta reais), referente à ação do Adicional por tempo de Serviço. A diretoria tem como proposta, que do repasse que a comarca tem direito, seja descontado os valores devidos ao Dr. Jorge, com a checagem dos valores do repasse e do quanto devido ao Dr. Jorge. Que cada comarca vai receber o seu relatório com o valor do repasse e com o nome de cada servidor que teria que pagar os R\$-50,00, para que fique tudo documentado. O repasse que sobrar para as comarcas, serão pagos do valor menor para o maior. A plenária, se sentido esclarecida, aprovou por unanimidade, que o pagamento ao Dr. Jorge seja feito com o desconto dos repasses. Sali passa ao segundo ponto que é a renovação do contrato do Dr. Jorge, dizendo que temos que levar em consideração a dedicação dele as causas dos filiados e do próprio sindicato. Noestor leu as atividades mensais que Dr. Jorge atende ao Sindicato. Vários colegas se manifestaram e ao final, restou três propostas: R\$- 3.000,00 para cada um, R\$- 3.500,00 e R\$-4.000,00. Esclarece-se que a divisão é porque quem advogada para o SINDIJUS é o DR. JORGE E DR. BRUNO. Em votação, foi aprovado pelo Conselho que seja pago o valor de R\$-6.000,00 (seis mil reais), os quais são divididos em R\$-3000,00 (três mil reais) para cada um. Ficou aprovado também que, na ação da Execução de Sentença do Adicional por tempo de Serviço, que constou do contrato assinado pela Diretoria Executiva, todos os autores, pagarão do valor que tem a receber, o percentual de 4% (quatro por cento) a título de honorários advocatícios. NADA MAIS. Dourados-MS, 21 de abril de 2007.

